

Discurso Presidente Autoridade da Região Administrativa Especial Oecusse-Ambeno, Dr Mari Alkatiri

Tomada da Posse, Palacio Presidente, Dili 30 Jullu 2014

Excelência Senhor Presidente da República Taur Matan Ruak e ex.ma Esposa!
Excelência Senhor Primeiro-Ministro Kay Rala Xanana Gusmão!
Excelência Ex-Presidente da República Dr. Ramos-Horta!
Excelência Ex-Presidente do Parlamento Nacional Dr. Francisco Guterres "Lu Olo"
Ilustres Deputados e Membros do Governo!
Respeitados Convidados!

EXCELÊNCIAS!

A Lei nr. 03/2014 de 18 de Junho, dando cumprimento ao plasmado na Constituição da República, "Cria a Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno e estabelece a (s) Zona(s) Especial (ais) de Economia Social de Mercado.

Para dar cumprimento ao quadro legal estatutário definido na Lei acima citada, por proposta de Sua Excelência o Primeiro-Ministro, Sua Excelência o Presidente da República decidiu em Decreto Presidencial nomear e empossar o Presidente da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oé-Cusse que acumulará a Presidência das Zonas Especiais de Economia Social de Mercado de Oé-Cusse e Ataúro.

Acabei, pois, de tomar posse para o exercício destas funções, consciente dos desafios que me esperam. Faço-o hoje com o mesmo espírito de cumprimento de uma missão ao serviço do povo maubere como o fiz em 2002, ao aceitar ser o primeiro Primeiro-Ministro, após a restauração da Independência.

Sei que a tarefa de erigir algo novo no nosso país não é fácil. Não tenho dúvidas que muitos olhos estarão permanentemente postos em mim sempre acompanhando cada passo dado.

Sei também que ainda existem setores da nossa sociedade, e algures pelo mundo fora que continuam a duvidar da nossa capacidade de inovar e criar. Digo, inovar e criar, porque realmente o que pretendemos construir põem em causa velhos paradigmas, desafia os parâmetros de algumas teorias que pretendem tratar o complexo processo de desenvolvimento social e económico num país onde reina a pobreza em todos os sentidos, dentro de uma lógica puramente matemática e estatística, diria mesmo, econometrista de desenvolvimento, usando instrumentos aferidores de modelos económicos vigentes e em crise: - capitalismo neo-liberal e socialismo, de economia centralizada.,

Depois da Segunda Grande Guerra e, para evitar o esgotar dos modelos existentes, surgiu a nova social-democracia que, em termos económicos se traduziu na tentativa de equilíbrio entre o socialismo marxista e o capitalismo egoísta ou, mais tarde, o neo-liberalismo do Ocidente. Surgiu então a primeira tentativa de construção de um modelo novo de economia de pendor mais social e com maiores liberdades na afirmação da cidadania.

Contudo, os dois modelos existentes mantiveram-se na sua abordagem exclusivista. Cada um deles pretendia representar toda a verdade. Por um lado o anti-capitalismo que gerou Estado providência - onde o Estado garantia tudo. Em teoria, os ditos direitos coletivos prevaleciam sobre os direitos individuais.

Por outro, tínhamos e temos o capitalismo a remar em sentido contrário. Em nome da igualdade de oportunidades, criou desigualdades aberrantes, inultrapassáveis, dentro do próprio modelo de desenvolvimento e no seio da sociedade no seu todo.

O anticapitalismo ignorou que o mercado era o fator gerador do desenvolvimento económico.

O capitalismo ignorou a inclusão como forma de ampliação do mercado - factor primordial para a sustentabilidade do desenvolvimento.

Como disse, depois da segunda grande guerra, surgiu a social-democracia ocidental com a sua forma de construir uma economia de pendor social.

Lamentavelmente não nasceu da síntese dos dois modelos já condenados ao fracasso. Surgiu como uma porta de saída num espaço cinzento na busca de equilíbrio entre os dois modelos. Pior ainda, na procura de saídas para salvar o capitalismo. Por isso, de Estado Providência nasceu o Estado de Previdência social. Do anti-capitalismo ignorando o mercado como factor de desenvolvimento, para um capitalismo mais intervencionado no sentido de se garantirem algumas melhorias nos direitos sociais. Tudo isso foi e ainda é conhecido como a economia social de mercado. Continua a funcionar nalguns países onde a economia de escala se afirmou, onde o trabalho cada vez mais qualificado vai gerando riqueza, onde a ciência e a tecnologia tem vindo a impor o ritmo de maior produtividade económica. Nos países da periferia onde a previdência social e a pura especulação financeira se instalaram, afogou-se a própria economia e o desenvolvimento inclusivo social e económico. Matou-se o Estado social que, na verdade, eram Estados de previdencia social.

Mas isto não retira o mérito à Economia Social de Mercado. Só que os paradigmas devem ser outros. O novo modelo não deve pretender ser o equilíbrio entre os dois já esgotados, muito menos um falso equilíbrio. Deve, isto sim, ser a síntese inovadora e criativa dos dois modelos. A Economia Social de Mercado que pretendemos construir é pois, algo totalmente diferente. Nasce da necessidade de se fazer a síntese.

Mas devemos estar conscientes que o vamos fazer numa sociedade onde ainda prevalece uma mentalidade própria de uma economia de subsistência. Por isso, o primeiro grande desafio é a transformação das mentalidades prevalentes na nossa sociedade através da educação e do trabalho. E isto, a curto e médio prazos, escapa a qualquer tipo de contas clássicas de custos e benefícios. Não se deve ter medo de se arriscar. Há que se ter a consciencia clara da necessidade de um capital de risco para ser investido na capacitação dos homens e das mulheres de modo a prepará-los para a passagem necessária de uma situação de economia de subsistencia para uma economia de escala. Mas devemos fazê-lo com o necessário discernimento para não criar novas dependencias e corromper as mentes. Tudo deve ser feito no sentido de se libertarem energias criadoras de riqueza e inovadoras no dominio da ciencia e tecnologia e dos conceitos. Não devemos nunca reinstalar o Estado Providência ou Estado de Previdência social.

O caminho a seguir é construir e potenciar a capacidade empreendedora e criativa de toda a sociedade, incluindo todos no longo processo de Luta por um desenvolvimento sustentado económico e ecológicamente, e sustentável, política e socialmente.

A solução é pois um modelo de desenvolvimento mais inclusivo que passa pela melhoria substancial da qualidade de vida da maioria e, assim, na ampliação do mercado para o tornar mais atrativo ao investimento.

Nada disso pode ser conseguido com Estado Providência ou mesmo com o Estado de previdência social.

A Economia Social de Mercado que defendemos deve significar a inclusão de todos no processo de desenvolvimento económico e social. PROCESSO sui generis capaz de garantir emprego a todos mas, ao mesmo tempo, também abre caminho para a aquisição por todas as famílias de instrumentos financeiros de participação que garantam o retorno financeiro, económico e social para todos os cidadãos.

A Economia Social de Mercado que defendemos visa uma maior redistribuição da riqueza através de uma maior inclusão social e económica capaz de ampliar o mercado de modo a garantir uma maior rentabilidade do investimento mas, ao mesmo tempo, melhor e mais justa redistribuição da riqueza.

Vamos começar no enclave de Oé-Cusse e na Ilha de Ataúro. Queremos retirar estes dois territórios dos seus estatutos de enclave e ilha para lhes conferir estatutos de plataforma concreta de desenvolvimento integrado e pólo complementar de desenvolvimento especializado, respectivamente.

Para dar sentido a tudo isso, vamos continuar a presizar que os Órgãos competentes a nível nacional correspondam a exigência da produção adequado do quadro juridico de modo a garantir um ambiente

propício e atrativo para os potenciais investidores e tornar mais coerente a administração e gestão de todo o programa.

Durante os últimos dois anos fomos fazendo o Marketing do programa. Dos nossos interlocutores encontramos simpatia e entusiasmo. A chave de todo o sucesso se situa na nossa capacidade de criar confiança junto dos nossos parceiros. O que pretendemos criar são Zonas Especiais de tipo novo. Por mais estudo comparativo que possamos continuar a fazer, e devemos continuar a fazer, esta será sempre a conclusão. As nossas Zonas Especiais são mesmo especiais.

A nível interno há quem pretenda dizer que investir tantos recursos em Oé-Cusse acaba por discriminar o resto do território nacional. Na verdade, quem assim fala, continua a não compreender que as ZONAS ESPECIAIS DE ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO são um programa integrado que visa o desenvolvimento nacional, tendo como plataforma o desenvolvimento integrado subregional. Oé-Cusse e Ataúro, uma vez bem sucedidos serão simplesmente o "piloto" donde partirão no futuro experiências únicas de um processo inovador de integração económica nacional e subregional e cujo modelo se poderá replicar noutros azimutes.

Para que isto venha a acontecer, é necessário a participação de todos com as suas dúvidas, ideias e, acima de tudo, propostas de solução.

Antes de se iniciar o programa propriamente dito das ZEESM, teremos ainda o desafio dos 500 anos a ser comemorado em 2015.

Dili, com as infraestruturas públicas e privadas que já tem, encontrou ainda muitas dificuldades para acomodar a Cimeira da CPLP na semana passada. A comemoração dos 500 anos em Oé-Cusse poderá mobilizar ainda mais pessoas para o Território. É um desafio que todo o país deve assumir com muita seriedade. Como disse, e repito, a comemoração dos 500 anos é um evento nacional que não faz parte do Programa das ZEESM. Por isso, todo o país deve assumi-lo como um Programa nacional inadiável. Isto significa alocação de recursos para a criação de infraestruturas de modo imediato. O trabalho de organização deste grande evento deve começar já e agora. Não há tempo a perder.

Senhor Presidente!

Senhor Primeiro-Ministro!

Excelências!

Não tenho dúvidas que todos hoje aqui presentes têm cada um a sua expectativa. Por isso quero terminar afirmando que nenhum milagre irá contribuir para o sucesso do Programa ZEESM. O que determinará ou não o sucesso é a nossa capacidade coletiva de entender o processo e de nos entregarmos ao trabalho árduo e organizado. Como Autoridade da Região Especial, iremos começar, à partir de hoje, os trabalhos de organização interna. Vamos posicionar-nos de uma forma adequada. Temos alguns estudos já feitos sobre a situação atual do Território. Temos a Visão já adoptada.

Para o cumprimento da Missão que nos é confiada, precisamos de criar e capacitar várias instituições e serviços. Precisamos igualmente ter planos bem desenhados de desenvolvimento urbano, rural e comunitário. Na verdade, face aos atrasos já verificados, quero tomar a liberdade de anunciar que iremos trabalhar afincadamente na execução do Programa das ZEESM propriamente dito entre 2015 e 2020. No decurso deste período fica para mim o desafio de preparar em cinco anos a passagem de testemunho para uma geração mais jovem a responsabilidade de continuar o processo. O período de 2014-2015 será um período de preparação e de transição dedicado à capacitação institucional, processo esse que se prolonga como uma escola até 2018.

Durante o ano de 2014 até meados de 2015 teremos que concentrar também muita da nossa atenção à comemoração dos quinhentos anos. Por isso, esperamos do Governo Central e de outros Órgãos de soberania, bem como da Igreja Católica em Timor-Leste, toda a cooperação e apoio. Vamos todos juntos responder a mais desafios. Temos que vencer.

JUNTOS VENCEREMOS A POBREZA!

A LUTA CONTINUA!